

# AVALIAÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL: UMA RELAÇÃO A SER SEMPRE (RE)DISCUTIDA

POST-OCCUPACY EVALUATION AND SOCIAL RESPONSABILITY: A RELATIONSHIP TO BE (RE) DISCUSSED ALWAYS

 10.4237/gtp.v5i2.140

Gleice Azambuja ELALI

Arquiteta, psicóloga, mestre e doutora em Arquitetura e Urbanismo, docente PPGAU e PPGPSI / UFRN  
|e-mail: [gleiceae@gmail.com](mailto:gleiceae@gmail.com) |CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3061713076071714>

## RESUMO

**Proposta:** Na contemporaneidade, a importância das atividades de pesquisa para o desenvolvimento de todos os campos do conhecimento faz emergir uma acentuada preocupação com as questões ligadas à responsabilidade social e ética, enquanto aspectos que não podem ser ignorados pelos pesquisadores.

**Método de pesquisa / Abordagens:** O A partir de tal contexto, o foco deste artigo são as pesquisas brasileiras na área da Avaliação Pós-Ocupação (APO), as quais cada dia se fazem mais presentes na área de Arquitetura e Urbanismo, quer objetivando subsidiar a reforma de edifícios ou conjuntos edificados quer embasando a elaboração de novos projetos.

**Resultados:** De modo geral, o artigo mostra a importância de se investir na consolidação do posicionamento ético dos pesquisadores nessa área, postura que irá influenciar todas as etapas da atividade de pesquisa, desde a definição do recorte temático e dos métodos/técnicas para realização dos estudos empíricos, até a apresentação dos resultados.

**Contribuições/Originalidade:** Finalmente, o texto defende ser necessário valorizar/reforçar o papel dos comitês de ética das universidades e outras instituições ligadas à pesquisa na regulamentação do processo de investigação científica, embora também aponte a importância de definir subcomitês sensíveis às especificidades do campo de Arquitetura e Urbanismo.

**Palavras-chave:** Avaliação Pós-ocupação (APO); responsabilidade social; ética

## ABSTRACT

**Proposal:** Now a day, the importance of research activities for the development of all fields of the knowledge creates a preoccupation with ethical and social responsibility issues, aspects that cannot be ignored by researchers. Based on this context, this article focuses on researches of Post-Occupation Evaluation (POE), which are more and more present in Architecture and Urbanism, with the objective of subsidizing modification of buildings and new projects. In general, the paper shows the importance of the area to invest in the consolidation of the ethical positioning of researchers, position that will influence all stages of the research work, since the definition of the thematic cut-outs and the methods/techniques for accomplishment of the empirical studies, until presentation of results. Finally, the paper defends the necessity to value/strengthen the role of universities and research institutions' ethics committees in the regulation of scientific inquiry process. It also points out the importance of defining sensible subcommittees to the specificities of Architecture and Urbanism field.

**Key-words:** Post-Occupation Evaluation (POE); social responsibility; ethic.

## **1. PARA COMEÇO DE CONVERSA**

Este texto propõe-se a refletir rapidamente sobre a responsabilidade social e ética na pesquisa na área de Avaliação Pós-Ocupação (APO), discussão que, embora não seja muito diferente daquela que pode acontecer em investigações ligadas a outras áreas de conhecimento (notadamente nas ciências sociais), precisa ser incorporada pelos avaliadores do ambiente construído e melhor traduzida em seus estudos.

Apesar de tal tema estar atualmente em evidência no meio acadêmico, sobretudo em função da criação dos Comitês de Ética nas universidades, filosófica e cientificamente ele não é novo, ao longo dos tempos tendo sido continuamente mencionado (direta ou indiretamente) tanto por estudiosos quanto pela comunidade leiga.

A reflexão aqui realizada tem como origem muitas discussões ocorridas nas sessões de apresentação oral e mesas redondas relacionadas à APO inseridas em eventos na área de Arquitetura e Urbanismo nos últimos 15 anos, notadamente os Seminários do Núcleo de Pesquisa em Tecnologia da Arquitetura e do Urbanismo (NUTAU), os Encontros da Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído (ENTAC/ANTAC) e Seminários PROJETAR. Antecipadamente agradeço aos colegas que, formal ou informalmente, participaram dessas conversas, e cujas muitas contribuições são difíceis de diferenciar nesse texto.

Genericamente a reflexão pretendida está ancorada na grande produção dos grupos de pesquisadores brasileiros na área da APO - tanto aqueles situados no eixo Rio de Janeiro / São Paulo, quanto os distribuídos pelos outros estados do país -, a qual está especialmente ligada à habitação de interesse social, edifícios escolares e hospitalares. No entanto, embora os resultados destes trabalhos sejam plenamente aplicáveis aos setores envolvidos, seu reatamento nas respectivas políticas públicas ainda permanece relativamente pequeno, o que exige que os envolvidos desenvolvam uma maior preocupação com a inserção social da atividade.

Para ampliar tal discussão, esse texto foi desenvolvido em duas partes: na primeira discorre-se sobre os conceitos de responsabilidade social e ética na pesquisa, e na segunda relata-se como tais noções podem ser especificamente aplicadas à APO.

## **2. SOBRE RESPONSABILIDADE SOCIAL E ÉTICA NA PESQUISA**

Derivada do latim *respondere*, a responsabilidade é um qualificativo relativo a “responder por atos próprios ou de outrem”, “satisfazer compromissos” (Ferreira, 2005), significados relacionados à obrigação legal ou moral, remetendo a regras de conduta comuns ao grupo. “Ser responsável é assumir as causas e as conseqüências daquilo que se é e daquilo que se faz” (Ortis, 1994, p. 31). Como um processo altamente dinâmico, a responsabilidade social se relaciona a aspectos como local/espço, tempo, evolução de pensamento e de *praxis* dos diferentes grupos sociais, englobando desde países até organizações (Fernandes, 2000).

Originada do grego *ethos*, a ética corresponde ao “conjunto de hábitos ou costumes fundamentais a uma sociedade” (Ferreira, 2005). A literatura na área (Enriquez, 1997; Srour, 1998) indica que a ética está direta ou indiretamente presente em todas as ações humanas, sendo vivenciada a partir da interação entre as pessoas, e só se realizando a partir do reconhecimento da presença do outro (quer física e imediatamente, quer mediada por regras, por sua vez frutos de escolhas éticas anteriores). Entendida como fruto da relação entre o eu e o outro, a ética assume diversas feições: “da convicção”, “da responsabilidade”, “da discussão”, entre outras (Chanlat, 1999). A “ética da convicção” corresponde à justificativa de uma maneira de pensar e agir cujo único objetivo é alcançar um fim, sendo todos os meios considerados adequados para isso, de maneira que não é exigida uma reflexão sobre as conseqüências de cada ato. A “ética da responsabilidade” diz respeito à ação que ocorre a partir da reflexão sobre as conseqüências de cada ato pretendido, o que implica a hierarquização dos vários fatores envolvidos (técnicos, políticos, sociais, cívicos, ecológicos, psíquicos, organizacionais, etc.). A “ética da discussão” tem relação direta com a comunicação, indicando que a criação de normas aceitas por todos só é possível a partir da troca de opiniões entre pessoas autônomas e capazes de raciocinar, pois, o processo de negociação permite que cada um faça concessões e um consenso seja moldado.

De acordo com Carvalho (2006) “a ética não se reduz a um conjunto normativo e nem a uma mera ação comunicacional”, mais do que isso, ela está alicerçada na relação indivíduo-sociedade-espécie e abarca três instâncias: a auto-ética (auto-

exame e autocrítica), a sócio-ética (reconhecimento e respeito às diferenças culturais) e a antropo-ética (fundamentada na identidade da espécie humana).

Comentando a proximidade entre os conceitos de responsabilidade social e ética, Fleita (1995) localiza o conceito de cidadania no cruzamento entre eles, enfatizando que ele pode ser favorecido por aspectos econômicos, políticos e sociais inerentes a cada comunidade.

Na área da pesquisa, a contínua relação eu-outro justifica a preocupação com a responsabilidade social e a ética uma vez que uma investigação demanda a participação de vários agentes, notadamente aqueles que conduzem a investigação (pesquisadores) e aqueles que fornecem as informações (pesquisados, participantes selecionados de modo a atender a vários tipos de exigência), sendo essencial que a atividade traga vantagens para ambos (Paiva, 2005), ou seja, nenhum dos envolvidos se sinta prejudicado ou usado pelos demais.

Nesse sentido, Chauí (2000) e Alves (1981) apontam que grande parte da preocupação ética atual se fundamenta em discussões iniciadas entre os séculos XVII e XIX, especialmente os pontos de vista desenvolvidos por Descartes e Kant. Ao estabelecer uma separação entre o mundo da razão e o mundo sensível, Descartes propôs a ordem racional mecanicista (racionalismo cartesiano), segundo a qual o campo das idéias (razão) é a base para o conhecimento humano, a única capaz de verificar a verdade e conhecer a realidade. A prevalência do caráter experimental da razão e o aprimoramento das técnicas foram responsáveis por grande parte do progresso das sociedades humanas, porém gradativamente esse entendimento foi refutado, sobretudo a partir dos abusos em nome do avanço da ciência ocorridos durante as grandes guerras. Sob essa nova perspectiva, Kant defendeu que a correlação conhecimento-realidade exigia uma postura crítica derivada de exigências morais superiores à ciência e, portanto, independentes do mundo científico e de suas críticas.

Como elemento disciplinador das atividades científicas, muitos autores consideram o Código de Nuremberg, criado em 1947, como o primeiro documento ético internacional, pois, entre outras exigências, ele define que uma pesquisa só pode acontecer mediante a obtenção do consentimento de cada participante, a garantia

da possibilidade de revogação de autorizações anteriores e a clara indicação dos possíveis riscos, incômodos e benefícios da participação. Desde aquele momento até nossos dias, muitos esforços internacionais foram canalizados para essa área, gerando documentos como, entre outros, a Declaração Universal sobre o Genoma e os Direitos Humanos (1997), a Declaração Internacional sobre os Dados Genéticos Humanos (2003) e a Declaração Universal sobre Bioética (2005).

No Brasil, a criação dos primeiros comitês consultivos nessa área data da década de 1980, e está diretamente vinculada a universidades e centros de pesquisa, sobretudo na área da saúde, que é aquela na qual o debate ético se encontra mais avançado, certamente devido ao cuidado com a manutenção da integridade (física e psíquica) dos participantes, sobretudo no que se refere a procedimentos invasivos. Tal origem, por si, já significa uma dificuldade, pois inibe a consolidação de comitês locais.

Como se sabe, as Universidades são o local de consagração da fragmentação dos saberes, da divisão entre a cultura científica e a cultura das humanidades. (...) uma rígida estrutura tecnoburocrática que impede a transversalidade dos conhecimentos, métodos e pesquisas (Carvalho, 2006: s/p).

Embora nos últimos 20 anos a discussão ética tenha se aprofundado, e apesar da inegável importância dessa área, atualmente ainda são poucos os livros brasileiros na área da metodologia científica que incluem um capítulo ligado à ética na pesquisa Paiva (2005). Nesse sentido, a autora comenta que, nas poucas publicações por ela localizadas e que se referem ao tema, de modo geral parece haver mais preocupação em garantir a realização da investigação pretendida do que beneficiar os sujeitos de pesquisa e delimitar suas condições de participação.

Independentemente desse tipo de constatação, em qualquer a área a qual se vincule a investigação, várias das conseqüências de uma pesquisa podem não ser previstas, mesmo quando há uma intensa preparação frente aos objetivos pretendidos. A imprevisibilidade dos resultados aumenta nas situações em que há grande quantidade de fatores envolvidos, como acontece nas ciências sociais. Assim, para garantir que a investigação transcorra adequadamente é essencial que a

preocupação ética permeie todas as etapas da atividade, do projeto à divulgação dos resultados.

De acordo com Diniz, Guilhen e Schuklenk (2005) a realização de uma pesquisa em bases éticas pressupõe que as atividades do pesquisador sejam (minimamente) pautadas em alguns parâmetros (aqui resumidos):

- rigorosa revisão teórico-conceitual e estudo de precedentes;
- cuidado na determinação das estratégias para coleta de dados e na escolha dos participantes;
- proposição de métodos/técnicas de pesquisa que façam sentido para os participantes e respeitem suas inquietações e limitações;
- atenção para que o trabalho realizado não beneficie apenas uma das categorias de participantes (o financiador, por exemplo);
- consentimento prévio do sujeito pesquisado e/ou de seus representantes legais;
- informação dos objetivos da pesquisa à instituição e aos participantes;
- preocupação em não alterar (ou alterar o menos possível) a rotina dos pesquisados ou da instituição que receber a atividade;
- máxima redução da imprevisibilidade, embora essa possibilidade deva ser reconhecida;
- apresentação dos dados sem constrangimento do informante, o que, no caso de depoimentos, pode ser obtido ao dar a oportunidade para leitura prévia das transcrições pelos participantes;
- garantia do retorno das informações aos informantes, de modo que também possam usufruir da atividade realizada;
- uso transparente das informações obtidas não omitindo aquelas que ressaltem o foco do trabalho em detrimento das demais, evitando causar impressões incorretas sobre o participante ou o tema;
- cuidado com a divulgação dos resultados e com o risco que podem representar para a imagem do indivíduo, grupo ou instituição.

### **3. INCORPORANDO ESSA DISCUSSÃO À AVALIAÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO**

Avaliar é, antes de tudo, fazer um julgamento mediante algum tipo de critério (Hoffmann, 2003). Em todos os contextos e situações vivenciados no cotidiano as pessoas fazem avaliações: da escolha de um alimento à seleção de amigos, da atividade escolar à preferência por um filme. Com relação a esse artigo, por exemplo, para decidir se continuará a lê-lo o leitor precisa avaliá-lo a partir do confronto de fatores como, entre outros, “o quanto o tema o interessa”, “o que o texto acrescenta ao seu conhecimento atual” e “o tempo que dispõe nesse momento para continuar a atividade”.

Com relação ao ambiente essa condição não é diferente, pois as pessoas analisam continuamente o local no qual se encontram, tecendo considerações tanto em termos do conjunto (percepção geral) quanto no que diz respeito a características específicas (possibilidade de realizar tarefas, dimensões, condições de conforto, mobiliário, cor, etc.).

Nas mais diversas situações avaliativas devem ser consideradas como questões que precedem a tomada de decisões sobre o objeto de exame: Que tipo de julgamento está sendo realizado ou proposto? Porque a avaliação está sendo feita, qual seu objetivo e a quem irá servir? Quais aspectos da prática ou da realidade são, devem ou podem ser julgados? Que critérios serão usados para esse julgamento? (Gandim, 2003)

Como atividade científica, a avaliação ambiental pode assumir diversas modalidades desde a macro-escala dos Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) até a escala do objeto construído, investigado na Avaliação Pós-Ocupação (APO) e nas Avaliações de Desempenho. A APO, objeto deste *paper*, tem como meta o estudo de edifícios ou conjuntos edificados durante sua vida útil, com ênfase para a compreensão das relações entre as características/condições físicas do local e os diversos modos como os usuários se apropriam dele (Ornstein, Bruna e Roméro, 1995).

Referindo-se a avaliação de edificações como uma maneira de conscientizar projetistas e executores com relação à responsabilidade social de sua atividade, Sommer (1979: 113) indaga: “quem avalia as construções e quem paga?”. Indicando

caminhos para tal resposta, o autor enfatiza a necessidade dos profissionais da área entenderem o uso das edificações como subsídio para novas propostas, e argumenta ser necessário criar escritórios e agências especializados, sistematizar o processo avaliativo e ampliar a divulgação de bancos de dados voltados para a atividade. Além disso, ele induz a discussão de questões relacionadas à ideologia do contratante e do pesquisador, e à importância da pesquisa dar voz a todos os atores envolvidos na produção, manutenção e ocupação do local.

Embora em outras realidades as atividades de APO sejam realizadas há 50 anos ou mais, no Brasil, ela começou a se desenvolver no final da década de 1980 e em âmbito acadêmico, como comentam, entre outros, Ornstein e Ono (2010) e Elali e Veloso (2006). Nesse sentido é possível estabelecer um cronograma básico (embora pouco preciso) das principais atividades realizadas. Num primeiro momento os trabalhos eram basicamente estudos de caso voltados para aspectos físicos/técnicos de edificações específicas, visando o diagnóstico de problemas e a definição de programas para sua manutenção, sobretudo, habitações de interesse social e escolas de 1º e 2º Grau (hoje Ensino Fundamental e Médio). Nos anos 1990 aumentou o interesse pelos enfoques funcional e comportamental, e os estudos passaram a abranger aspectos sociais e político-culturais das intervenções e a re-alimentação do projeto arquitetônico. No momento também ocorreu a ampliação dos temas, que passaram a envolver edifícios de escritórios, setores administrativos de grandes empresas e áreas intersticiais (livres) de conjuntos edificados. Mais recentemente, a partir dos anos 2000, tem surgido propostas que articulam os resultados de avaliações realizadas em várias edificações a fim de fomentar a normatização de um setor de atividade, além de buscar indicativos para programas governamentais.

No que se refere ao processo de produção da edificação, atualmente a APO vem sendo crescentemente incorporada ao projeto arquitetônico, considerada um tipo de pesquisa que complementa outros estudos de referência, influenciando decisivamente no desenvolvimento das propostas projetuais (Elali e Veloso, 2006; Elali, 2000). Apesar da forte ligação desse tipo de pesquisa com a atividade de projeção arquitetônica, ela ainda é majoritariamente realizada no meio acadêmico, e sua inserção em âmbito profissional ainda acontece apenas a partir de

iniciativas pontuais, embora os programas de avaliação institucional sejam extremamente necessários, sobretudo na esfera pública.

No campo científico, a APO é entendida não como um método de pesquisa, e sim como uma estratégia de investigação que valoriza a conjugação entre os pontos de vista da equipe técnica e da população usuária em suas várias categorias. Tal entendimento se justifica, pois é usual que os trabalhos na área mesquem métodos/técnicas provenientes de ciências tecnológicas, exatas e sociais (Rheigantz et al., 2009), sendo a coleta de dados definida em função dos objetivos do trabalho, dos recursos disponíveis para sua realização e da formação dos pesquisadores envolvidos, o que corresponde à abordagem conhecida como multimétodos ou triangulação metodológica (Gunther, Elali e Pinheiro, 2008; Sommer & Sommer, 1997; Sanoff, 1991; Bechtel, Marans & Michelson, 1987; Stockols, 1977).

Mais do que criticar o edifício ou conjunto edificado investigado, as pesquisas de APO buscam resultados práticos, apontando alterações (a serem realizadas a curto, médio ou longo prazo) que venham a aumentar a adequação do local objeto de estudo àqueles que o utilizam (Preiser, Vischer & White, 1991; Preiser, 1990; Preiser, Rabinowitz & White, 1988).

Isso torna a APO especialmente adequada à situação brasileira, na qual, não existindo uma tradição de excelência na área da construção civil, as edificações deveriam passar por contínuos programas de manutenção e adequação às necessidades e aspirações dos usuários. (Elali, 2000: s/p)

Por outro lado, no entanto, como um dos pressupostos da APO é a possibilidade do objeto modificar-se durante a pesquisa, não é incomum que o edifício comece a ser alterado ainda durante a pesquisa, de modo que, ao serem divulgados, os resultados obtidos se referem a um momento que não está mais sendo vivenciado pelos usuários. Torna-se essencial, portanto, estabelecer recortes e estratégias de pesquisa que valorizem e reconheçam tais mudanças, não necessariamente como um modo de pesquisa-ação, mas como uma consequência previsível do processo de investigação.

Continuamente os pesquisadores que lidam com a APO se deparam com questionamentos de cunho ético, relacionados a aspectos tão diversos quanto

definição do universo de pesquisa, escolha de métodos/técnicas adequados aos objetivos propostos, modo de divulgação dos resultados, conforme ilustrado a seguir.

Uma das maiores inquietações nesse sentido diz respeito à definição do universo de pesquisa, pois, diante da dificuldade de acesso a extratos sócio-economicamente privilegiados da população (que costumam impor restrições à avaliação, geralmente as investigações realizadas), os pesquisadores costumam recorrer à áreas urbanas e edificações ocupadas pela população mais carente. Como os serviços oferecidos nesses locais é majoritariamente público, resta questionar se esse extrato da população realmente precisa arcar com mais um custo: o de gentilmente submeter-se às inúmeras averiguações que ali ocorrem em nome da ciência.

A própria quantidade de investigações precisa ser cuidadosamente avaliada, pois na definição de estratégias mais amplas e conjuntas, as ações devem ser pensadas de modo combinado, de modo a reduzir o tempo de envolvimento dos participantes, sobretudo os externos.

Outro aspecto a considerar é a definição de métodos e técnicas de pesquisa, na qual muitas vezes continua a prevalecer um modelo tradicional voltado para uma acentuada preocupação com a quantificação dos resultados, em detrimento do entendimento da relação pessoa-ambiente essencial à compreensão das interações que acontecem no local, inclusive aquelas estabelecidas entre os pesquisadores e os demais usuários/participantes. Até mesmo a definição das perguntas que irão compor um questionário e a sua ordem remontam à preocupação ética, uma vez que tal formulação pode induzir respostas, distorcendo o resultado final do trabalho.

Na execução da pesquisa são comuns os problemas relativos à autorização da participação dos sujeitos, que (i) não entendem porque a atividade necessita de consentimento ou (ii) ampliam sua importância buscando outros tipos de vantagem. Tal conflito de interesses atinge seu ápice quando envolve a participação de crianças ou idosos. No primeiro caso costumam surgir questionamentos como, entre outros, quem (elas próprias? seus pais? os professores? a administração?)

deve/pode autorizar a participação dos sujeitos. Embora recorrer aos responsáveis seja uma opção óbvia, isso se modifica quando as atividades propostas são relativamente simples e voltadas para o cotidiano, como acontece, por exemplo, ao se observar estudantes que circulam na área de entrada de uma escola e solicitar que indiquem equipamentos que gostariam que existissem no local. No outro extremo do ciclo vital, em uma pesquisa investigando expectativas de idosos quanto ao espaço de um centro social, realizada por meio de questionário não identificado e grupo focal, pode não ser viável condicionar a participação dos usuários à assinatura do termo de consentimento esclarecido (pelo participante ou seu responsável), pois isso poderia constranger àqueles que apresentassem dificuldade na escrita ocasionada por tremores involuntários (mal de Parkinson ou similares).

No que se refere à divulgação dos resultados, é comum a tendência a expor as deficiências dos edifícios ou conjuntos edificados objeto de estudo, em detrimento de suas qualidades. Além disso, em muitas situações não é suficiente manter os participantes anônimos, pois, dependendo dos comentários feitos ou do cargo ocupado, a identificação de uma pessoa pode tornar-se relativamente fácil, sobretudo em se tratando de grupos pequenos.

Diante de tantas dúvidas, como prova de sua preocupação ética e em atendimento às solicitações institucionais, muitos pesquisadores “embarcam na aventura” de submeter seus projetos de pesquisa ao comitê de ética das universidades. Na maioria das ocasiões, no entanto, eles se sentem enveredando por um universo desconhecido, precisando responder a questionamentos distantes daqueles que se apresentam na realidade. Assim, embora a grande maioria dos pesquisadores seja favorável à submissão dos projetos de pesquisa ao comitê de ética, eles também reivindicam a formação de comitês especiais, sensíveis às peculiaridades de áreas como arquitetura e urbanismo e ciências sociais. Eles reivindicam que suas propostas não sejam analisadas com base em critérios oriundos de campos que se valem de procedimentos mais invasivos, como a área de saúde, cujas principais questões são desconhecidas por estes profissionais, tornando sua elucidação impossível fora da disciplina original.

Além dessas questões ligadas a cada proposta de pesquisa em si, dois outros fatores precisam ser discutidos eticamente: (a) a separação entre criticar um objeto e criticar o profissional que o criou, e (b) a continuidade dos trabalhos realizados.

No primeiro caso, estabelecer uma diferenciação entre a crítica a um objeto arquitetônico e a crítica ao profissional que o criou é uma atitude ética essencial à garantia do prosseguimento dos trabalhos na área de APO. Grande parte da resistência profissional à avaliação de obras edificadas tem origem nessa dificuldade, sendo essencial que os pesquisadores esclareçam os projetistas sobre isso, o que os aproximaria do processo, aumentando seu interesse por realizá-lo.

No segundo caso é preciso valorizar a enorme quantidade de trabalhos brasileiros já realizados na área de APO, através de grupos cujas atividades remontam à década de 1980, com destaque para os extensos e importantes trabalhos realizados na Universidade de São Paulo e na Universidade Federal do Rio de Janeiro (atualmente capitaneados, respectivamente, pelos Profs. Drs. Sheila Ornstein/Marcelo Roméro e Paulo Afonso Rheingantz/Cristiane Rose Duarte). Considerando que os principais objetos de estudo destes e de outros grupos disseminados pelo país tem sido a habitação social, os edifícios escolares e para saúde, é relativamente simples inferir que já existe grande experiência acumulada nessas áreas, como pode ser facilmente demonstrável a partir da leitura das seqüências de anais de eventos consagrados como o NUTAU, o ENTAC/ANTAC e o PROJETAR (já mencionados anteriormente).

Tomando-se como exemplo o caso da avaliação de habitações de interesse social, dificilmente alguma das muitas edições dos eventos anteriormente mencionados deixa de contar com trabalhos que se dedicaram a investigar iniciativas nessa área, apontando seus principais problemas/qualidades e indicando soluções que aumentem a viabilidade dos empreendimentos analisados. Por outro lado, no entanto, verifica-se que o lançamento de programas nacionais de grande envergadura, como o recente "*minha casa minha vida*" (iniciativa do Governo Federal com a participação ativa da Caixa Econômica, e que irá mobilizar milhares de profissionais e uma verba bilionária), não utiliza ou menciona informações produzidas no meio acadêmico/científico e que poderiam ser fundamentais para o seu bom resultado. Além da relativamente pequena força político-econômica dos

envolvidos na pesquisa básica, isso demonstra que a área precisa investir em estratégias mais eficientes para promoção/divulgação dos trabalhos que vem realizando, o que, em essência, diz respeito à necessidade de ampliarmos nossa responsabilidade social.

#### **4. PARA CONTINUAR A CONVERSA**

Os efeitos desejados de um ato não são, necessariamente, os que são produzidos por ele. Com efeito, no momento em que a ação é lançada o campo das inter-retroações pode mudar seu sentido, desviá-la, e mesmo fazê-la tomar um sentido oposto ao que é desejado. (Morin, 2003: 43).

Esse *paper* foi construído por constatar-se ser urgente ampliar as discussões das questões éticas em todas as esferas de atividades humanas, sobretudo em pesquisa e, nesse caso em particular, nos trabalhos na área da Avaliação Pós- Ocupação. Mais do que esgotar o tema, ele propõe-se a ser um pontapé inicial nessa reflexão, apontando aspectos que precisam ser elucidados, inclusive no que se refere aos processos de submissão dos projetos de pesquisa aos comitês de ética das universidades e dos centros de pesquisa, cujo papel deve ser respeitado e reforçado, mas não supervalorizado.

Nesse sentido, embora várias universidades e instituições já possuam normas voltadas para as questões éticas, várias outras ainda estão engatinhando nesse campo, sendo fundamental estimular esse processo a partir da ampliação dos debates na área. Complementarmente, torna-se cada vez mais evidente a necessidade de definir subcomitês sensíveis às especificidades dos diversos campos de conhecimento, sobretudo aqueles não diretamente ligados à área da saúde, como é o caso das Ciências Sociais e de Arquitetura e Urbanismo.

Na área da APO, para garantirem seu lugar tanto na nova universidade quanto no âmbito profissional, os pesquisadores precisam consolidar o seu posicionamento ético e tornar mais evidente sua responsabilidade social, postura que influencia todas as etapas do trabalho de pesquisa, desde a definição do recorte temático e dos métodos/técnicas para realização dos estudos empíricos, até a apresentação dos resultados e, sobretudo, seu rebatimento na prática profissional cotidiana e sua repercussão na esfera das políticas públicas. Nesse último sentido, seria

fundamental que os grupos nacionalmente relevantes investissem na discussão/consolidação de estratégias para divulgação dos resultados das pesquisas, demonstrando a responsabilidade social e ética inerente aos trabalhos realizados.

Corroborando a citação que inicia esse item final, na qual Morin comenta a imprevisibilidade das conseqüências de qualquer ação, é essencial enfatizar que, embora seja fundamental disseminar a discussão ética no âmbito da APO, não é possível, *a priori*, traçar um caminho seguro a percorrer para atingir esse objetivo.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, R. **Filosofia da Ciência: introdução ao jogo e suas regras**. São Paulo: Brasiliense: 1981.

BECHTEL, R.; MARANS, R.; MICHELSON, W. **Methods in environmental and behavioral research**. New York: Van Nostrand Reinhold Comp., 1987.

CARVALHO, F. A. Pesquisa da ética e ética da pesquisa: fundamentos e proposições. In: **Revista PUCViva N. 27**. São Paulo: PUC, Jul/dez de 2006. Disponível em [http://www.apropucsp.org.br/revista/r27\\_r06.htm](http://www.apropucsp.org.br/revista/r27_r06.htm).

CHANLAT, J. F. **Ciências Sociais e Management: reconciliando o econômico e o social**. São Paulo: Atlas, 1999.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ed. Ática, 2000.

DINIZ, D.; GUILHEM, D.; SCHÜKLENK, U. (Eds.) **Ética na pesquisa**. Brasília: Editora da UnB / Letras Livres / OMS, 205.

ELALI, G. A.. *APO e metodologia projetual: uma experiência didática na UFRN*. In: **Anais do Seminário Internacional NUTAU'2000** (CDRom). São Paulo: FAUUSP/FUPAM, 2000.

ELALI, G. A.; VELOSO, M. F. *Avaliação pós-ocupação e processo de concepção projetual em Arquitetura: uma relação a ser melhor compreendida*. In: **Anais do Seminário Internacional NUTAU'2006** (CDRom). São Paulo: FAUUSP/ FUPAM, 2006, s/p.

ENRIQUEZ, E. **A Organização em análise**. Petrópolis: Vozes, 1997.

FERNANDES, A. *A responsabilidade social e a contribuição das relações públicas*. In: **Anais do XXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Manaus, Amazônia: Universidade do Amazonas / INTERCOM. Setembro/2000.

FERREIRA, A. B. H. **Aurélio - Novo Dicionário Básico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 2005.

FLETA, L. S. **Fundamentos de las relaciones públicas**. Madri: Sínteses, 1995.

GANDIM, D. *Apresentação*. In HOFFMANN, J. **Avaliação: mito & desafio**. Porto Alegre: Mediação, 2003, p. 7-8.

GUNTHER, H.; ELALI, G. A.; PINHEIRO, J. Q. *A abordagem multimetodológica em estudos pessoa-ambiente: características, definições e implicações*. In: PINHEIRO, J. Q.; GUNTHER, H.. **Métodos de pesquisa nos estudos pessoa-ambiente**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008, p. 369-396.

- HALL, E. **A Dimensão Oculta**. Rio de Janeiro, Liv. Francisco Alves Ed., 1979.
- HOFFMANN, J. **Avaliação: mito & desafio**. Porto Alegre: Mediação, 2003.
- MORIN, E. *Ética e imaginário*. In: PENA-VEJA, A.; ALMEIDA, C. R. S.; PETRAGLIA, I. (Org.). **Edgar Morin: ética, cultura e educação**. São Paulo: Cortez, 2003.
- ORNSTEIN, S.; BRUNA, G.; ROMERO, M. **Ambiente Construído e Comportamento: a avaliação pós- ocupação e a qualidade ambiental**. São Paulo: Studio Nobel / FAUUSP/ FUPAM,1995.
- ORNSTEIN, S.; ONO, R. *Post-Occupancy Evaluation and Design Quality in Brazil: Concepts, Approaches and an Example of Application*. **Journal of Architectural Engineering and Design Management**. v.6, 2010, p.48-67. Disponível em [www.earthscan.co.uk/journals/aedm/doi:10.3763/aedm.2009.0102](http://www.earthscan.co.uk/journals/aedm/doi:10.3763/aedm.2009.0102)
- ORTIZ, R. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PAIVA, V. L. M. O. **Reflexões sobre ética e pesquisa**. In: Revista Brasileira de Lingüística Aplicada. Belo Horizonte. Vo. 5, n.1. p.43-61, 2005.
- PREISER, W. F. (Org.). **Building Evaluation**. New York: Van Nostrand Reinhold, 1990
- PREISER, W. F.; RABINOWITZ, H. Z; WHITE, E. T. **Post-Occupancy Evaluation**. New York: Van Nostrand Reinhold, 1988.
- PREIZER, W.; VISCHER, J.; WHITE, E. (Org.). **Design Intervention: Toward a more human Architecture**. New York: Van Nostrand Reinhold, 1991.
- RHEINGANTZ, P. A.; AZEVEDO, G. A.; BRASILEIRO, A.; ALCANTARA, D.; QUEIROZ, M. **Observando a qualidade do lugar: procedimentos para a avaliação pós-ocupação**. Rio de Janeiro: PROARQ/UFRJ, 2009. Disponível em <http://www.fau.ufrj.br/prolugar>. Acessado em dezembro/2009.
- SANOFF, H. **Visual Research Methods in Design**. New York: Van Nostrand Reinhold, 1991.
- SOMMER, R. **A Conscientização do Design: o papel do Arquiteto**. Brasília, Brasiliense, 1979.
- SOMMER, B.; SOMMER, R. **A practical guide to behavioral research: tools and techniques**. New York: Oxford University Press, 1997.
- STOKOLS, D. **Perspectives on environment and behavior: theory research and applications**. New York: Plenum Press Ed., 1977.
- SROUR, R. H. **Poder, cultura e ética nas organizações**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.